

Um jornal fascista se olha no espelho: a imagem social do Integralismo no jornal *A Razão* (Curitiba, 1935)

Rafael Athaides (UFMS)*

Para um estudo amplo de qualquer partido político, é fundamental verificarmos a **representação social de si** que o mesmo pretende conduzir até a sociedade. Isso implica pensarmos não apenas sobre sua filosofia social, suas identidades nacional e regional, mas também nas estratégias de cooptação, especialmente as veiculadas pelos canais de comunicação do partido (BERSTEIN, 1996). Nesse sentido, um partido qualquer pode se dizer de 'classe média' e conter somente operários; ou se dizer 'operário' e conter a mais alta elite econômica. A política de massas requereu dos partidos essa elasticidade na cooptação social. Entretanto, nem tudo nesse terreno é demagogia: pode subjazer a essa transmutação de classe uma filosofia social; no caso dos fascismos, sem dúvida, jazia uma nova filosofia social transcendente.

Na década de 1930, o principal canal de comunicação dos fascistas (além do corpo-a-corpo) era o jornal. Isso não foi diferente no fascismo brasileiro. A Ação Integralista Brasileira (AIB) publicou tantos jornais que chegou a compor um conglomerado jornalístico, no modelo do de Assis Chateaubriand, o *Sigma Jornais Reunidos*. Embora as características das publicações variem de acordo com as regiões, é notável na AIB certa 'sincronia' ideológica, entendida aqui como o desaguar de componentes ideológicos na pirâmide do Movimento, como notou Hélió Trindade (1979). Isso nos permite ver relevantes porções do 'núcleo ideológico' do Integralismo em um periódico local do Movimento.

A Razão foi o mais importante jornal integralista publicado no Paraná e um dos mais notórios do Sul do país. Homônimo de um jornal proto-integralista de Plínio Salgado do início dos anos 1930, o *A Razão* teve duas fases, uma em 1935, no período do crescimento explosivo da AIB no Estado, outra entre 1936 e 1937, após a reabertura dos núcleos.¹ Na presente comunicação, exporemos algumas análises feitas a partir do *A Razão*, no intuito de tentarmos aclarar o

‘cartaz social’ que o Integralismo tentou difundir na sociedade paranaense, especialmente no ano de 1935.

De antemão, salientamos que é notório o esforço do jornal para desfazer alguns juízos populares sobre o perfil do Movimento e, ao mesmo tempo, convencer as classes baixas (como o crescente operariado curitibano e o campesinato do interior) sobre a necessidade de se filiarem a um partido fundamentalmente ‘do povo’. Reativamente, o jornal lutou contra certas imagens ou associações, consideradas negativas à AIB, em várias frentes: (1) a imagem do partido **exclusivamente de classe média ‘educada’** (na tentativa de aproximar a AIB do homem comum, fundamentalmente o da fábrica, mas também o do campo); (2) do **partido aliado ao capital**; (3) do **‘partido sem ética’**.

Por outro lado, é notória a tentativa da AIB estadual, por meio de seu jornal, em apresentar o Movimento como próximo e bem-quisto pelos ‘donos do poder’ locais, em geral políticos proeminentes e figuras de relevo na sociedade paranaense.

É sintomática a escolha da data do primeiro de maio para lançamento do jornal. A capa trouxe a seguinte chamada em letras garrafais: “Operario humilde e patriota, constructor anonymo da Nação! Hoje, no teu grande dia, dedicamos a ti esta folha – Lê com atenção; ella te pertence!” (*A Razão*, n. 1, 01/05/1935, p. 1). Abaixo do texto, foi alocada uma das poucas gravuras veiculadas no *A Razão*: a imagem mostra alguns operários erguendo a bandeira integralista e a bandeira nacional, em primeiro plano; ao fundo, uma cidade fabril, idílica mesmo para a Curitiba de meados dos anos 1930.

Ilustração 1 – Gravura da capa do 1º número do *A Razão*



Fonte: *A Razão*, n. 1, 01/05/1935, p.1.

Nas páginas seguintes, surgiram outros apelos ao operários, no intuito de conscientizá-los de que a luta da AIB também era contra a burguesia: “OPERARIO! Dizem os communistas que tu não tens Patria! Tu, na verdade, é que precisas ter uma, porque o rico e o burguez, com seu dinheiro, vivem bem em qualquer Patria”! (*A Razão*, n. 1. 01/05/1935, p. 3).

Outros três textos no número 1 apresentam a temática operária, um deles expondo um discurso proferido por Plínio Salgado no Congresso Integralista de Petrópolis, quando, após ser informado de que alguns operários andaram quilômetros para ver o Chefe, afirmou:

Camisas-Verdes! O integralismo surgiu para as classes operarias, para os humildes e desprotegidos! No dia da nossa victoria, quando os burgueses que vivem agora uma vida commoda, indifferente e fácil, quiserem ingressar na Acção Integralista Brasileira, eles só o poderão fazer, com uma carta de recomendação, destes pobres operários que marcharam a pé á Petropolis, porque ainda acreditam no Brasil! (*A Razão*, n.1, 01/05/1935, p. 3).

Explicações sobre o funcionamento do sistema corporativo no futuro Estado Integral e os riscos da economia liberal capitalista apareceram em um texto de Rocha Loures Sobrinhoⁱⁱ. Aqui, além do rechaçamento da luta de classes, figura claramente o antimaterialismo pliniano, segundo o qual o socialismo é um desenvolvimento do liberalismo e, ambos, produtos do materialismo:

O operário, o camponês, o intellectual, unidos farão uma nova ordem, em que todos têm o mesmo ponto de partida na carreira da existencia. Nós integralistas, estamos operando uma grande fusão

dos factores da economia. Já não compreendemos o capital que não se mobilize no trabalho, e que capital e trabalho, entrelaçados e harmonicos, não sirvam á vida humana. [...] O conceito capitalista de Economia, que marcha para a Economia sovietica, em que os patrões em vez de muitos, será um só, tyranico e oppressor, é um conceito mechanico de economia. O que se tem é uma Economia para machinas e não para homens. A Economia integralista, que se distancia do individualismo como do socialismo, é uma Economia humana, por que espiritualizada(A *Razão*, n.1, 01/05/1935, p. 3).

Os lavradores também foram alvo de propagandas específicas no *A Razão*. No mesmo número inaugural, um pequeno excerto de Miguel Reale foi destinado “ao agricultor”, versando sobre os problemas do acesso ao crédito pelos camponeses no momento da exploração da terra (*A Razão*, n.1, 01/05/1935, p. 3).

No nº 7, um quadro de quase meia página fez uma chamada estrondosa, abordando a situação de penúria e ignorância dos lavradores, atribuída “ao regimem em que o Brasil [vivia], [...] causa de todas as [...] misérias” da categoria. Além disso, o texto abusou do ‘antisemitismo econômico’ e do anticomunismo primário (Ilustração 2).

Ilustração 2 – Propaganda destinada ao lavrador no *A Razão* (15/06/1935)



Fonte: *A Razão*, n. 7, Curitiba, 15/06/1935, p. 7.

Sem dúvida, esse esforço de cooptação tinha o interesse de levar o Integralismo a outros estratos sociais, para além da **classe média 'ilustrada'** paranaense, grupo que compôs o grosso do Movimento no Estado e que a propaganda integralista alcançava sem muitos esforços específicos. Como mostrou Stanley Hilton (1977), em geral, o Integralismo não havia ganho quase nenhuma simpatia no interior da classe operária, até precisar de votos, quando se lançou efetivamente no jogo político eleitoral do país em 1935. Com isso, a AIB se valeu de diversas ferramentas discursivas no intuito de conquistar as massas operária e camponesa para, depois, ensiná-las a votar.

O *A Razão* chegou ao nível das **promessas de elitismo**. No artigo "Operário, escuta!", de maio de 1935, um autor desconhecido atacou o "monstro negro" do materialismo e a "hydra internacional" que espoliavam o trabalhador; em seguida, regozijou-se com ações educativas do Movimento: "emquanto [isso] no seio da Acção Integralista Brasileira, fundam-se dia a dia, novas

escolas, novos cursos, gratuitos, onde poderá vir a formar tua mentalidade e donde sairá a nova elite da Patria! (*A Razão*, n. 3, 17/05/1935, p. 4).

Esse tema – obra educativa e beneficente da AIB – conformava outra estratégia de aproximação em relação às classes trabalhadoras. Era corriqueira a publicação de artigos variados, mostrando a ‘ação redentora’ do Movimento, mediante a **ausência do poder público**. No nº 4, veiculou-se a notícia de que os “bravos, companheiros intrépidos da Baía [...] levaram seu auxilio e o seu conforto a todos os bairros pobres e humildes da Baía, atingidos pelo temporal”. (*A Razão*, n. 4, 24/05/1935, p. 6). Com o mesmo intuito, no nº 5, publicou-se uma matéria com a seguinte chamada: “Pobres camponeses do Nordeste, sem alojamento no Rio de Janeiro, são abrigados pela Ação Integralista – o descaso do Ministerio do Trabalho” (*A Razão*, n. 5, 31/05/1935, p. 3).

Outro grupo sócio-profissional que apresentou baixa adesão no Paraná foi o dos integrantes das forças armadas. Em virtude disso, em diversos números, o *A Razão* tentou incutir nos militares paranaenses a ideia de que o Integralismo já havia “penetrado na alma dos nossos quartéis e dos nossos vasos de guerra”:

Não há duvida alguma: o Integralismo é um movimento admirado pelo Exército e pela Marinha. É um attestado eloquente a existencia de 600 officiaes da Marinha e do Exercito nas fileiras gloriosas do Integralismo. Nas Provincias de Matto Grosso, Goyaz, Rio de Janeiro, Ceará, os Chefes Provinciales são officiaes do Exercito. Na Provincia do Mar, o Chefe é um official da Marinha. Quanto a Santa Cahtarina, enviou a relação de seus representantes ao Congresso de Petropolis, ao Chefe Nacional, destacavam-se dellas, o nome de 5 officiaes do nosso glorioso Exercito Nacional. Isto é muito expressivo. A camisa-verde só pode honrar a farda do Exercito e da Marinha. Os que não compreendem isto agora, hão de compreender, porém, um dia! (*A Razão*, n. 20, 17/09/1935, p. 4).

Como se pode observar no excerto, não havia nenhum exemplo de oficial paranaense inscrito na província local, o que se confirma – descontada a limitação das fontes – a partir de uma análise do perfil dos militantes (ATHAIDES, 2012).

Não obstante toda essa atenção aos grupamentos sociais cujo potencial de conversão à AIB era fraco ou nulo, o periódico não se esqueceu dos ‘peixes

que pulavam espontaneamente na rede': as classes médias, especialmente a categoria do funcionalismo público. No nº 5, o jornal defendeu vorazmente, por meio da coluna "Comentando..."ⁱⁱⁱ, a criação do Estatuto do Funcionário Público, "depois de 28 annos" de espera. A culpa por tanto tempo recaiu, 'naturalmente', sobre "o regimen liberal democrático... onde os apadrinhamentos tem premios... e até... merecimentos" (*A Razão*, n. 5, 31/05/1935, p. 2).

Quando circularam boatos "no interior da Província" de que, com a Lei de Segurança Nacional^{iv}, funcionários públicos federais e estaduais não poderiam se filiar à AIB, o jornal esclareceu:

Com as ultimas reformas havidas na exstructuração da Acção Integralista Brasileira, a Lei de Segurança, não a atinge absolutamente. Porque si assim fosse, o governo já teria dado ordens para que ella fechasse as suas sédes, etc. Porém, isto não se deu e nem se poderia dar, porquanto estamos estribados na propria Lei de Segurança. Dahi se conclue logicamente, que si a Lei não atinge a A.I.B., não póde por conseguinte atingir os seus associados ou partidários, sejam elles os militares que têm direito ao voto, sejam elles funcionários publicos federaes ou estaduaes, que da mesma forma, têm o grande direito de pensar e de agir conforme a sua consciencia. Fica portanto esclarecido este ponto de duvida dos funcconarios. O funcconariopublico póde ser integralista. O governo não póde demittir por este facto, de sua funcção ou de seu cargo, o que incorreria num acto inconstitucional [...]. Portanto, todo aquelle que pretender illudir o funcconario patriota, cumpridor de seus deveres, com mystificações semelhantes, mente e é merecedor de uma especial attenção no dia da victoria... (*A Razão*, n. 3, 17/05/1935, p. 5).^v

Embora potencialmente mais próximos do Integralismo, os católicos também receberam propaganda direta no *A Razão*. Em geral, os textos enfatizavam a ideia de 'dever' ou do 'automatismo' do ingresso dos católicos no Movimento. Outros, contudo, chamavam à responsabilidade a mulher, sempre se utilizando de figuras maternas, para que impulsionasse a conversão de toda família. Em texto reproduzido de um jornal católico de Sergipe, *A Razão* conclamou a "mãe catholica, mãe brasileira, exemplo de todas a mães":

Procura a séde do Integralismo que ha em todos os bairros. Lê os seus prospectos, consulta os espiritos sérios em quem confias, e sobretudo consulta tua consciencia. E se achares que os Integralistas trabalham realmente pela Gloria de Deus, pela integridade da partria e pela segurança da Familia, então, sem demora, aconselha e concita

os teus filhos, o teu marido, os teus irmãos, os teus parentes a procurarem a séde mais proxima e formarem dessasombradamente nas fileiras dos camisas-verdes [...] (*A Razão*, n. 11, 12/07/1935, p. 4).

Quanto às imagens ou associações rechaçadas na constituição da identidade do movimento, começemos abordando as **aproximações com o grande capital**. Em especial, quando o assunto eram as bases materiais de sustentação do Integralismo, a menção aos capitalistas era severamente proibida. Ao mesmo tempo em que se negava essa 'aliança', acentuava-se um pseudo-pauperismo por parte de líderes e do próprio Movimento:

Um dos jornaes desta capital, transcrevendo uma "farofia" de algum jornal burguês ou comunista, disse que eramos financiados pelos capitalistas, Guinle, Crespi, etc. Se o nosso objetivo fosse o capital, com a decima parte da riqueza desses capitalistas, nós já teríamos vencido há muito tempo. Não seria preciso, que nas excursões, nós e o Chefe Nacional, viajássemos de segunda classe. Os nossos inimigos que façam uma visita á casa do Sr. Plinio Salgado e vejam a sua pobreza. E ainda ha gente que nos chamam de capitalistas ou que estamos financiados por capitalistas; nós, humildes estudantes e operários (*A Razão*, n. 4, Curitiba, 24/05/1935, p. 2).

Quando Salgado visitou Blumenau (início de junho de 1935), o correspondente do *A Razão* fez questão de assinalar em seu relato a condição do Chefe na hora do almoço:

Plinio Salgado, que veio da massa, que não é burguez e que é simples, tomou o seu prato de folha e foi servir-se da feijoada, como o mais humilde dos milicianos. E democraticamente sentou-se ao lado dos camisas-verdes, no grammado do campo (*A Razão*, n. 6, 11/06/1935, p. 5).

Outro juízo que incomodava as lideranças integralistas paranaenses era o da proximidade com o Nazismo e o Fascismo. Trata-se da proximidade em um sentido particular: a ideia do financiamento externo a AIB. Não havia nenhum problema para o jornal veicular notícias 'positivas' sobre os avanços dos fascismos pelo mundo, inclusive identificando a AIB como o 'parente brasileiro' deles. Contudo, o jornal repudiava qualquer menção a solidariedade financeira entre 'os irmãos'. A título de exemplo, quando o *A Razão* noticiou o

primeiro aumento da tiragem, em junho de 1935, ao final da nota o redator asseverou:

Como os companheiros sabem, “A Razão” é mantida apenas pelos seus annuncios e pela sua venda. **Deante disto, os camisas-verdes do Paraná e de Santa Catharina, que continuem a nos prestar o seu auxilio financeiro, porquanto o propalado dinheiro do Hitler, do Mussolini e do Papa, ainda não nos chegou...** (*A Razão*, n. 4, 24/05/1935, p. 2, grifo nosso).

No mesmo sentido, ao abordar as estratégias de combate ao Integralismo por parte dos ‘inimigos’ um redator assinalou ironicamente:

[...] já desanimados, começaram a espalhar que o Integralismo recebia dinheiro de Hitler, de Mussolini, do Papa, do Guinles, etc. Até hoje o dinheiro não nos chegou às mãos... Pois bem, esta também não ‘pegou’ (*A Razão*, n. 6, 15/06/1935, p. 3).

As denúncias acerca de desvios na ética e na moral dos integralistas também eram violentamente combatidas, às vezes em matérias de capa. É o caso – notório no início da década de 1930 – da “tombola da Cruz Vermelha de S. Paulo”^{vi}, que contou com uma longa explicação em mais de um número do jornal. A ANL havia espalhado panfletos pela cidade de Curitiba ventilando o caso, o que motivou os redatores do *A Razão* a procurarem o tesoureiro da tómbola. Jorge Lacerda, furioso com as “calumnias” sobre Salgado, vindas dos “cães que ladram”, escreveu no seu tradicional discurso de capa:

[...] Camisas-verdes! O cálice da nossa revolta está para transbordar! O Chefe Nacional já tem sofrido muitos ultrajes e calumnias! É bem verdade, que é nos sacrificios e nas angustias dos calvarios, que os homens se divinizam!... Deixemos no entanto, que os cães ladrem... Aos calumniadores teremos em breve, como disse o Chefe, as rodas esmagadoras do nosso carro de triumpho! Aos cães miseraveis e despreziveis, teremos á mordaca... (*A Razão*, n. 7, 15/06/1935, p. 1).

Se todas essas aproximações com a identidade da AIB eram rechaçadas, outras, de cunho pessoal eram insistentemente cultivadas e veiculados no jornal. Para parecerem mais próximos dos que estavam, de fato, nos círculos do poder paranaense, os integralistas publicavam corriqueiramente discursos contendo opiniões sobre a AIB de figuras proeminentes.

Nesse intuito, os camisas-verdes 'arrancaram' uma apreciação escrita do deputado federal Plínio Alves Monteiro Tourinho^{vii}, consorte do Chefe Provincial da AIB/PR, Vieira Alencar, na Universidade do Paraná. O fizeram se apoiando no prestígio do Chefe Provincial, que enviou carta ao antigo articulador local da Revolução de 1930, contendo uma introdução e três perguntas relacionadas à AIB e a Lei de Segurança Nacional.

Tourinho começou a resposta se desculpando pela demora e demonstrando sua admiração pelo missivista:

Mas a não pequena admiração que nutro pela pessoa de V. Excia. em que reconheço um grande cultor do Direito e um espirito animado de muito amor e devotamento a tudo que se relaciona ao progresso de nossa Patria, impõe-me o dever de não deixar sem reposta a referida circular, e quanto a demora em cumprir essa obrigação, permito-me de solicita que V. Excia., em sua alta bondade, não leve a mal a falta que independentemente de minha vontade, venho de cometer (*A Razão*, n. 3, 17/05/1935, p. 6).

Depois de anunciar a falência da liberal-democracia, o surgimento de "proselytos das novas idéas" e a premência da questão social, Tourinho disparou frases que permaneceram na boca nos camisas-verdes por muito tempo:

A democracia liberal, despindo-se de preconceitos fetichistas, tem recursos para nortear essa nobre reveindicação dos trabalhistas, orientando a sua acção mediante uma educação doutrinaria das massas, como preliminar indispensavel a instituição de uma disciplina consciente, necessasria á confraternisação das classes sociaes. A democracia social não educa. Os seus governos vivem absorvidos pelas questões de baixa politica, e quando se sentem ameaçados mesmo com a ação pacifica desta ou daquela ideologia, disposta a se avantajarem com suas teorias a essa democracia, na solução de problemas importantes, recorrem á violência. A lei de Segurança Nacional, foi organizada para esse fim. Institue a disciplina coercitiva, que desperta reações que se avolumam e conduzem ao desespero (*A Razão*, n. 3, 17/05/1935, p. 6).

Sobre a AIB, o Deputado assinalou com certa neutralidade:

Entre as muitas concepções sociaes, umas completamente opostas ao regime democrático, outras apenas procurando sanar os seus defeitos, surgiu no meio brasileiro, com grande pujança, o Integralismo, com feição nacional, característicos propios, plano educacional previsto. A esse systema social, empresta V. Excia. Como um dos expoentes da inteligência paranaense, os esforços de

sua solida cultura, descrente de encontrar na liberal democracia e mais que tudo nos partidos politicos que a representam, a soluçao dos nossos dificeis problemas (*A Razão*, n. 3, 17/05/1935, p. 6).

Quanto às repostas dos questionamentos de Alencar, Tourinho foi taxativo em defender a AIB, mas também em proteger a liberdade de expressão. Quando lhe foi questionado se poderia “o Integralismo ser tratado em igualdade de condições com o Comunismo?”, Tourinho respondeu:

O Comunismo é uma doutrina exclusivista, consubstanciada numa ditadura disfaçada, em nome da classe proletária, de ação violenta e intransigente, mas mesmo assim, **emquanto os seus proselytos agirem dentro da ordem, assiste-lhes o mesmo direito de liberdade de pensamento e de consequente propaganda de suas idéas. Sob o ponto de vista do direito social, na esphera de exercício da liberal democracia, todos são iguaes perante a lei; amparar a uns e perseguir a outros em igualdade de condições jurídicas, é atentar contra os direitos do homem.** Ninguem ignora que os Sovietes, constituem uma ditadura para os proletários e jamais uma ditadura dos proletários. Nesse regime, o que a classe trabalhista haja ganho economicamente, o que é contestavel, perdeu imensamente em liberdade. Assim, não é logico cohibir a propaganda do Comunismo e sim demonstrar os seus erros, as suas incoherencias e há nenhuma vantagem em se inverter a ordem social atual, de um modo violento e arbitrário, por não aproveitar tal ato, diretamente aos proletarios e sim aos espertos te todos os tempos problemas (*A Razão*, n. 3, 17/05/1935, p. 6, grifo nosso).

A reação dos círculos políticos e da imprensa curitibana à carta de Tourinho foi aludida na bombástica sessão “Comentando...”, onde vemos os camisas-verdes iniciarem uma série de usos da carta de Tourinho e que, provavelmente, fizeram o Major se arrepender de tê-la escrito.

Os liberaes democratas espantados, ficaram boquiabertos, como a se perguntarem a si proprios: – “Estarei eu lendo uma carta do Gal. Plinio Tourinho? – Não é possível! é elle um authenticorevolucionario de 30...” Outros, os que nos votam o “melhor” dos odios, que pela imprensa nos combatem, tambem não deixaram de, desolados, proliferarem palavras de dúvida. “Será authentica a tão apregoada carta?”. E estes, indo mais alem, chegaram a espalhar pela cidade que “insistentes vozes dizem por ahi que o deputado Plinio Tourinho “jurou” e se “tornou” camisa-verde...” (*A Razão*, n. 4, 24/05/1935, p. 6).

Depois disso, os integralistas utilizaram insistentemente a carta de Tourinho, pois se tratava, nas suas opiniões, de uma voz “serena e

desapaixonada de um homem [...] que diz o que sente” (*A Razão*, n. 4, 24/05/1935, p. 6).

Em conclusão, a AIB paranaense se esforçou para garantir, por meio de extensa publicação em seu jornal, a imagem do perfil social ideal do Movimento. O periódico do fascismo brasileiro no Paraná não tinha vergonha de se dizer fascista, mas ojerizava a ideia da associação financeira com outras ‘camisas coloridas’ – propagar o fascismo nos trópicos requereu essa dissociação.

A despeito do espírito pequeno-burguês, vendia ‘sonhos’ ao operário e ao camponês e veiculava que o Integralismo era um movimento das classes subalternas (o que, como filosofia transcendente, faz todo o sentido). Ademais, a AIB tinha que ser vista com uma reputação ilibada, longe das grandes fortunas e querida por certas ‘raposas’ da política local.

* Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná; professor de História Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

ⁱ A Província do Paraná da AIB teve seus núcleos fechados entre abril e dezembro de 1936, sob ordens do governador do Estado, Manoel Ribas. Em nossa pesquisa localizamos apenas os números da primeira fase do *A Razão*, portanto antes da sistemática repressão governamental.

ⁱⁱ João Alves da Rocha Loures Sobrinho descendia de uma família tradicional do meio jurídico paranaense. Nascido em Palmeira, em 1913, foi um ativo militante dos quadros universitários da AIB no Paraná. Em intensa militância ao lado de outro entusiasmado universitário, Jorge Lacerda, Loures Sobrinho liderou o Departamento Universitário da Província até ser designado para o Departamento de Estudos. Após o fechamento da AIB, o militante teve sua prisão decretada pelo Tribunal de Segurança Nacional, mas pôde responder em liberdade; o processo não se concretizou, pois Rocha Loures Sobrinho faleceu em 2 de maio de 1939 (Pront. 1775, cx. 375, DOPS/PR, DEAP/PR).

ⁱⁱⁱ “Comentando...” foi uma coluna constante, sempre anônima e ácida no conteúdo crítico, veiculada em quase todos os números do *A Razão*. Trazia comentários sobre política estadual, imprensa e acontecimentos cotidianos do movimento (como os debates com a Maçonaria), muitas vezes sem receio de citar nomes de envolvidos.

^{iv} Em abril daquele ano (1935), a chamada Lei de Segurança Nacional, embora frequentemente atribuída à contenção do comunismo, trazia artigos que claramente se referiam às atividades das camisas-verde, sobretudo quanto ao funcionamento da milícia, proibida a partir de então. Quanto ao funcionalismo público a Lei rezava em seu artigo 32: “O funcionario publico civil que se filiar, ostensiva ou clandestinamente, a partido, centro, aggremação ou junta de existenciaproibida no art. 30, ou commetter qualquer dos actos definidos como crime nesta lei, será, desde logo, sem prejuizo da acção penal que no caso couber, afastado do exercicio do cargo, tornando-se passivel de exoneração mediante processo administrativo [...]”. Ora, o artigo 30 proibía “a existencia de partidos, centros, aggremações ou juntas, de qualquer espécie” cujo objetivo era “a subversão, pela ameaça ou violencia, da ordem política ou social”. Em virtude desse artigo, a AIB abarrotou seus jornais de explicações jurídicas sobre o não enquadramento do Movimento na Lei, uma vez que, segundo as publicações, não almejaria a subversão como os comunistas (BRASIL, 1935).

^v O mais interessante desse excerto (à exceção da ‘ameaça final’), é que em pouco tempo ele se tornaria ‘profecia cumprida’: em agosto do mesmo ano, três funcionários públicos da cidade

de Teixeira Soares foram demitidos pela prefeitura, apenas por serem filiados à AIB (ATHAIDES, 2012).

^{vi}No início da década, Salgado organizou essa espécie de loteria com fins beneficentes para a Cruz Vermelha. Diversas falcatruas ficaram evidentes no que concerne aos prêmios e o jogo da tómbola não 'correu': segundo a opinião pública da época, "Plínio Tombola", apelido que ganhou com o caso, e Iracylgaiara, futuro Chefe da Casa Militar da AIB, embolsaram as terras e o dinheiro.

^{vii} Não foi difícil conseguir a opinião de Tourinho, sobretudo acerca da Lei: ele havia sido eleito Deputado Federal pelo Partido Social Nacionalista (um conglomerado de revolucionários de 1930, dissidentes em relação à política local e nacional) e foi um dos congressistas que votou contra a Lei de Segurança Nacional (OLIVEIRA, 2004).

Bibliografia

ATHAIDES, Rafael. *As paixões pelo sigma: afetividades políticas e fascismos*. 2012. 304f. Tese (Doutorado em História). UFPR, Curitiba, 2012.

BERSTEIN, Serge. *Os Partidos* in: RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *Imprensa Integralista, Imprensa Militante (1932-1937)*. Tese (Doutorado em História). 388 p. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

TRINDADE, Helgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1979.

Fontes

A Razão, números 1 a 27, Curitiba, maio a novembro de 1935 – Espaço Delfos de Documentação e Memória Cultural, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS.

BRASIL. Lei n. 38, de 4 de abril de 1935. Define crimes contra a ordem política e social. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>.

Prontuário 1775, João Alves da Rocha Loures Sobrinho, top. 375, DOPS/PR, Departamento de Arquivo Público/PR.